

Ciências Sociais Unisinos

ISSN: 1519-7050

periodicos@unisinos.br

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Brasil

Carnelos Resende, Roberta; Fernandes Epitácio, Sara de Sousa
Desenvolvimento econômico e satisfação com a democracia: uma análise da América Latina
Ciências Sociais Unisinos, vol. 50, núm. 2, mayo-agosto, 2014, pp. 117-126
Universidade do Vale do Rio dos Sinos
São Leopoldo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=93832099003>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

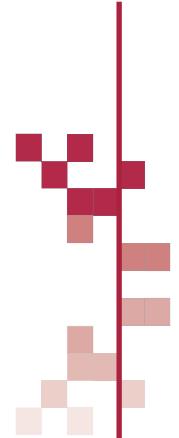
 redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Desenvolvimento econômico e satisfação com a democracia: uma análise da América Latina

Economic development and satisfaction with democracy: An analysis of Latin America



Roberta Carnelos Resende¹
roberta_carnelos@yahoo.com.br

Sara de Sousa Fernandes Epitácio¹
saraepitacio@hotmail.com

Resumo

O objetivo principal deste trabalho é verificar de que forma a satisfação com a democracia pode estar associada ao grau de desenvolvimento econômico dos países da América Latina (1997-2009). Como objetivos específicos, pretende-se analisar como os latino-americanos avaliam o regime democrático de seus países, se existem diferenças consideráveis nas avaliações no decorrer do tempo, se as variações das manifestações de satisfação dos indivíduos com a democracia estão correlacionadas a variáveis econômicas e, por fim, se é possível afirmar que um determinado contexto socioeconômico influencia no grau de satisfação com a democracia. Os dados referentes à "satisfação com a democracia" foram retirados do banco de dados do Latinobarômetro, e os dados socioeconômicos foram coletados junto ao Banco Mundial. Concluiu-se que a situação econômica e social de um país parece influenciar, de alguma maneira, as manifestações individuais sobre a satisfação com a democracia.

Palavras-chave: desenvolvimento econômico, satisfação com a democracia, América Latina.

Abstract

The main goal of this work is to find out in which way the satisfaction with democracy can be associated with the level of economic development of the Latin American countries (1997-2009). As specific goals, we seek to analyze how Latin Americans assess the democratic regime of their countries, whether there are considerable differences in evaluation at different times, whether the variations of expressions of satisfaction with democracy by individuals are correlated to economic variables, and, finally, whether it is possible to assure that a particular socioeconomic context influences the level of satisfaction with democracy. The data relating to the "satisfaction with democracy" were taken from the database of the Latinobarometro and the socio-economic data were collected from the World Bank. It was concluded that the social and economic situation of a country seems to influence, in a way, the individual utterances on the satisfaction with democracy.

Keywords: economic development, satisfaction with democracy, Latin America.

Introdução

O surgimento da democracia moderna e sua identidade estão atrelados ao desenvolvimento do Estado-Nação. No Ocidente, o movimento em direção a este tipo de democracia iniciou-se na primeira metade do século XVII, com ideias e movimentos democráticos advindos principalmente da Revolução Inglesa. Porém, a presença de instituições democráticas em nível nacional foi um fenômeno observado apenas em meados do século XIX. Segundo Huntington (1994), ocorreram três ondas de democratização² no mundo moderno. Embora considere arbitraria a determinação precisa de uma transição democrática, bem como da especificação das datas das ondas, o autor as classifica da seguinte maneira: primeira onda de democratização (1828-1926), segunda onda democrática (1943-1962) e terceira onda democrática (1974-).

A primeira onda de democratização teve raízes nas revoluções americana e francesa e possui dois critérios de categorização dos países: 50% dos homens adultos com direito de voto, e um executivo com apoio majoritário em um parlamento eleito ou escolhido via eleições populares periódicas. Nesta onda, mais de 30 países, e entre eles os Estados Unidos, a Suíça, a França e a Grã-Bretanha, estabeleceram instituições democráticas nacionais mínimas. A segunda e curta onda de democratização iniciou-se na Segunda Guerra Mundial e promoveu a inauguração de instituições democráticas na Alemanha Ocidental, Itália, Japão, entre outros países, mas cabe aqui dar destaque às experiências observadas na América Latina: ainda durante a guerra, o Uruguai retornou à democracia; Brasil e Costa Rica tornaram-se democráticos no final da década de 1940; Argentina, Peru, Colômbia e Venezuela iniciaram governos escolhidos pelo povo em meados desta década, mas as práticas democráticas perduraram apenas até o início dos anos 50, sendo substituídas por ditaduras. Na terceira onda de democratização, inaugurada com o fim da ditadura portuguesa, os regimes autoritários foram substituídos por democráticos em cerca de 30 países na Europa, Ásia e América Latina, e uma onda global em direção à democracia parecia tomar conta de outros países, visto que havia uma considerável liberalização nos regimes autoritários, e, em outros, movimentos que promoviam a democracia ganhavam força e legitimidade. Na América Latina, no final da década de 1970, destacaram-se o Equador e o Peru, com processos similares de retirada dos militares e eleição de um governo civil, e na primeira metade da década de 1980, a Bolívia, a Argentina e o Uruguai já haviam conduzido a eleição direta de um presidente (Huntington, 1994). Este processo deu-se mais tarde no Brasil, em 1989, e no Chile, em 1990.

O momento posterior à segunda onda é bastante fértil para a Ciência Política, pois duas tradições teóricas são inau-

guradas: a teoria da modernização e o culturalismo (comportamentalismo). O crescimento econômico da periferia, em particular na América Latina, impulsionou novas reflexões, buscando-se avaliar os efeitos da economia sobre as democracias emergentes. O problema central era procurar uma justificativa teórico-metodológica que pudesse dar conta, ao mesmo tempo, de explicar a virtuosidade das experiências democráticas consolidadas na Europa Ocidental e as democracias recentes.

Visto isso, o objetivo central deste trabalho é verificar se a satisfação com a democracia está associada ao grau de desenvolvimento econômico dos países da América Latina (1997-2009). Algumas outras questões derivadas desse objetivo são também objeto dessa análise: como os latino-americanos avaliam o regime democrático de seus países?, existem diferenças consideráveis de avaliação no decorrer da presente série histórica?, as variações das manifestações de satisfação dos indivíduos com a democracia estão correlacionadas a variáveis econômicas?, é possível afirmar que um determinado contexto socioeconômico influencia no grau de satisfação com a democracia? Para tanto, este trabalho apresenta, inicialmente, os principais argumentos dos teóricos da modernização para a compreensão da democracia e, na sequência, a perspectiva culturalista, essenciais para que, na última seção, se possa analisar a relação de variáveis econômicas com uma variável cultural.

Teoria da modernização e a utilização de variáveis econômicas para a explicação da democracia

A teoria da modernização teve como base os estudos de Seymour Lipset (1967). Para ele, a variável modernização (desenvolvimento econômico) mensurada através da riqueza, industrialização, urbanização e educação, é condição necessária e suficiente para o estabelecimento do regime democrático. Nessa lógica, quanto maior a renda, menor seriam as disparidades econômicas, e maior a inclusão dos indivíduos na esfera de participação. Esta sequência de relações interdependentes levaria à ampliação da classe média, caracterizada pela moderação e não propensão ao conflito social, e também maior seria a receptividade dos cidadãos às regras democráticas. Esse modelo de democratização asseguraria também a construção de uma burocracia efetiva, para evitar práticas de nepotismo, além de permitir e estimular na sociedade a construção de associações e organizações voluntárias (Laisner, 2008).

Samuel Huntington (1975), ao avaliar os argumentos propostos por Lipset, apresenta alguns contrapontos. O primeiro deles é que o aumento do desenvolvimento econômico não gera

² "Uma onda de democratização é um grupo de transições de regimes não democráticos para democráticos, que ocorrem em um período de tempo específico e que significativamente são mais numerosos do que as transições na direção oposta durante tal período" (Huntington, 1994, p. 23). Para o autor, a cada uma das duas primeiras ondas seguiu-se uma onda reversa, ou seja, alguns países reverteram para uma ordem não democrática.

necessariamente estabilidade democrática, pois, para ele, estas duas variáveis são independentes. Contextos marcados por um elevado crescimento econômico nem sempre são acompanhados por uma efetiva estabilidade institucional, e, em geral, estes dois processos são inversamente proporcionais. A saída, segundo Huntington, seria a combinação entre crescimento econômico (modernização) e fortalecimento das instituições políticas (burocracia, partidos, etc.), e, dessa forma, o deslocamento do mundo tradicional para o mundo moderno viria acompanhado de novos valores e atitudes necessárias para a manutenção do sistema democrático.

Apesar da aparente contraposição de Huntington a Lipset, num segundo momento, ao avaliar os aspectos econômicos da terceira onda de democratização, os autores se aproximam. Huntington (1994) afirma que os fatores econômicos possuem um impacto significativo sobre o processo de democratização, embora não sejam determinantes, pois não há um nível ou padrão de desenvolvimento econômico que seja suficiente para provocar a democratização. Nesse sentido, o autor salienta alguns fatores econômicos que afetaram as democratizações da terceira onda: os saltos nos preços de petróleo em alguns países, e as restrições marxista-leninistas em outros, provocaram instabilidades econômicas que enfraqueceram os regimes autoritários; no início da década de 1970, muitos países já haviam alcançado níveis globais de desenvolvimento econômico que davam base econômica para a democracia e que facilitaram a transição para este regime; em alguns países, o rápido crescimento econômico desestabilizou os regimes autoritários, forçando-os a liberalizar ou a intensificar a repressão. Nenhum país inserido no contexto desta onda escapou a pelo menos um dos fatores mencionados.

Ainda em relação aos países da terceira onda, Huntington (1994) salienta que, de acordo com dados do Banco Mundial sobre o PNB *per capita* de 1976, dos 31 países que se liberalizaram ou democratizaram neste período, 27 situavam-se na faixa de renda média. Evidências sugerem que apenas a riqueza pode não ter sido um fator crucial, e então o autor argumenta que o desenvolvimento econômico parece ter promovido mudanças nos valores sociais e na estrutura, que, por sua vez, encorajaram a democracia, conforme descrito:

Primeiro, o nível de bem-estar econômico no interior da própria sociedade modela os valores e as atitudes de seus cidadãos, estimulando o desenvolvimento de sentimentos de confiança interpessoal, de satisfação com a vida e de concorrência, que, por sua vez, têm uma forte correlação com a existência de instituições democráticas. Segundo, o desenvolvimento econômico aumenta os níveis de instrução da sociedade [...]. Mais pessoas com maior instrução tendem a desenvolver as características de confiança, satisfação e concorrência que acompanham a democracia. Terceiro, o desenvolvimento econômico faz com que haja mais recursos para serem distribuídos entre os grupos sociais [...]. Finalmente, o desenvolvimento econômico promove a expansão da classe média (Huntington, 1994, p. 73-74).

No escopo da teoria da modernização, Acemoglu e Robinson (2007) utilizam o conceito mínimo de democracia proposto por Schumpeter e sugerem uma análise explicativa sobre a adoção e estabilidade de sistemas democráticos. Como suporte teórico, os autores utilizam a "teoria dos jogos", ou seja, compõem um cenário em que dois atores, elite (minoria) e cidadão (maioria), possuem, a princípio, interesses conflituosos (distributivo), e suas ações são motivadas por questões econômicas e não ideológicas. Enquanto a elite é caracterizada pela apropriação de recursos econômicos e políticos (escolhas sociais e políticas) e também é simpática a regimes autoritários, o cidadão mobiliza-se em prol da democracia e por uma redistribuição de recursos intrínsecos a este sistema. Ambos os competidores utilizam como lógica de atuação a redução de custos e ampliação dos benefícios.

Os regimes não democráticos são por natureza instáveis e incapazes de vislumbrar o futuro. A manutenção do *status quo* para coibir o conflito latente entre a elite e o cidadão é, em geral, onerosa. Em contrapartida, os custos da promoção de uma revolução por parte dos cidadãos são também elevados. O desequilíbrio deste cenário é gerado em quatro circunstâncias: (a) não democracias para democracias consolidadas – os custos de repressão por parte das elites é superior ao seu ganho social e político, e o risco revolucionário promovido pelo cidadão faz com que as elites, em nome do seu instinto de conservação, ampliem a participação e promovam a democracia. Essa transição conserva alguns prestígios da elite e apazigua os ânimos do cidadão ao fazê-lo participante da democracia e beneficiado por uma maior distribuição de recursos e concessões graduais (exemplo: Grã-Bretanha); (b) democracia breve para colapso cíclico – apesar das pressões sociais, as elites optam por permanecer no poder e são destituídas por golpes, revoluções ou políticos populistas, e, nesse cenário, a elite afastada do poder permanecerá não simpática à democracia e, por conseguinte, contribuirá para a instabilidade do sistema (exemplo: Argentina); (c) não democráticos para democracias pouco inclusivas – o conflito entre cidadão e elite é explícito e acompanhado por uma crescente desigualdade na distribuição de recursos, e, por conta disso, a manutenção desse regime não democrático deve-se exclusivamente ao uso da repressão. A democracia surge como consequência dos elevados custos de repressão (exemplo: África do Sul); (d) regimes não democráticos estáveis – regimes não democráticos com reduzida desigualdade na redistribuição de recursos, elite e cidadãos acomodados e reduzida repressão (exemplo: Cingapura) (Acemoglu e Robinson, 2007).

Boix (2003) amplia as variáveis intervenientes do processo de democratização para além das categorias que remetem aos custos de repressão e liberalização utilizadas por Acemoglu e Robinson. Acredita que a existência de uma acentuada diferença entre ricos e pobres poderia tender à rebelião, ou ainda, à instabilidade democrática. Desse modo, o autor afirma que a equidade econômica promoveria a democracia, bem como permitiria uma transição pacífica entre regimes políticos diferentes. Constrói um modelo com base no que considera ser os acertos e erros da teoria da modernização, da teoria sociológica e da teoria dos jogos, em que a distribuição de renda, a natureza dos

bens econômicos e os recursos políticos e organizacionais dos atores deveriam ser avaliados na escolha do regime político de um país. É possível visualizar os diferentes regimes, o que Boix chama de equilíbrio do jogo, a partir de duas dimensões: uma econômica – com base nas desigualdades sociais, e outra institucional – baseada nos custos de repressão.

Outro estudo relevante na agenda de pesquisa dos teóricos da modernização foi liderado por Adam Przeworski, e sua proposta geral era testar algumas hipóteses consagradas pela literatura desenvolvimentista. Przeworski *et al.* (2003) acreditam que os fatores econômicos e institucionais seriam suficientes para gerar uma explicação convincente da dinâmica das democracias sem que fosse necessário recorrer à cultura, embora salientem nas conclusões que certas culturas sejam incompatíveis com a democracia. Passando aos testes de hipóteses, Przeworski *et al.* (1994) destacam que os regimes autoritários são mais vulneráveis às crises econômicas que os regimes democráticos na América do Sul, e a sobrevivência destes últimos, por sua vez, depende mais do clima político internacional e da história política anterior do que do desempenho econômico. Nesta região, os dois regimes não tiveram qualquer efeito sobre o crescimento: sob as mesmas condições, tiveram desempenhos praticamente equivalentes. Concluem que a América Latina é diferente do resto do mundo, pois tiveram mais regimes autoritários e mais golpes que outros países com o mesmo nível de desenvolvimento. Ao estender os testes de sobrevivência e morte de regimes políticos a 135 países, Przeworski *et al.* (1997) afirmam que democracia, riqueza, crescimento com inflação moderada, desigualdade decrescente, um clima internacional favorável e instituições parlamentaristas seriam condições que deveriam estar presentes num determinado país e no mundo em $t-1$ para que houvesse maior probabilidade de se estabelecer um regime democrático em t .

Outra possibilidade de explicar como as democracias se estabeleceram no mundo pode ser encontrada nos estudos comportamentalistas, que compreendem, de modo geral, a ação dos indivíduos enquanto resultado de uma racionalidade endógena; logo, as instituições são tomadas como um conjunto de normas e padrões resultantes de processos sedimentados culturalmente (Peres, 2008). A proposta da próxima seção é apresentar um panorama geral desta abordagem, visto que o objetivo central deste trabalho é dialogar com as duas abordagens por intermédio de uma análise empírica.

Uma visão culturalista da democracia

O trabalho pioneiro de Almond e Verba (1989) inaugura as pesquisas de survey em caráter mundial. A partir da

definição de democracia como algo normativo que combina modernidade, secularização, representação e agregação de interesses, os autores constroem as matrizes de cinco cenários gradativos para a democracia (México, Estados Unidos, Inglaterra, Itália, Alemanha). A democracia norte-americana é utilizada como protótipo, e os demais países são avaliados de acordo com a proximidade ou distanciamento com esse modelo. A partir da comparação se deriva a ideia de que a socialização política é o melhor mecanismo para colocar todos os países na marcha para o progresso democrático. Essa preocupação intervencionista respaldada em um ideário evolucionista para a política rende algumas críticas ao trabalho dos autores (Fagundes, 2008).

A segunda onda democrática ocorrida no pós-Segunda Guerra, conforme citado anteriormente, forçou a Ciência Política a ampliar o seu escopo de análise para dar conta de novos processos democratizantes marcados por especificidades quando comparados às democracias ocidentais. O objetivo norteador da pesquisa era buscar compreender a interferência da cultura política sobre os modelos de democracia (causalidade entre cultura e estrutura política). No estudo de Almond e Verba (1989), cultura política é entendida como a orientação psicológica dos indivíduos pelos objetos políticos, e, nesse sentido, seria a maneira pela qual uma população internaliza, cognitivamente, sentimentos e avaliações do sistema político³. O desenvolvimento e a manutenção da democracia dependem tanto de aspectos formais como de culturais, e é nesse sentido que os autores introduzem o conceito de cultura cívica: cultura pluralística que combina aspectos da tradição e da modernidade, pela qual as pessoas ingressam na política.

Seguindo a linha argumentativa de Almond e Verba, porém pretendendo fazer um estudo comparado de regiões de um mesmo país, Putnam (2006) tenta verificar os principais elementos que diferenciam o norte, com bom desempenho, do sul da Itália, com mau desempenho. Nesse sentido, trabalha com dados das 20 regiões do país, que de maneira geral se referem às décadas de 1970-80, tentando encontrar semelhanças e diferenças entre as regiões mais prósperas e menos prósperas. O autor apresenta duas linhas argumentativas (hipóteses) dessa diferença: a primeira ligada à modernidade socioeconômica, na perspectiva das consequências da Revolução Industrial, e a segunda relacionada à comunidade cívica, isto é, padrões de participação cívica e solidariedade social.

A modernidade econômica e o desempenho institucional estão correlacionados ($r=0,77$), de forma que é possível visualizar as regiões italianas dispostas em dois grandes agrupamentos (norte/sul). Tendo em vista a diferença dos recursos financeiros disponíveis aos governos regionais e a estrutura da alocação de recursos no que tange à fórmula redistributiva

³ A orientação cognitiva refere-se ao conhecimento do sistema político, incluindo as noções de papéis, os insumos e os consumos. A orientação afetiva envolve o caráter performático dos papéis a serem desenvolvidos dentro do sistema político. A orientação por valores diz respeito às noções de opiniões e julgamentos morais, uma combinação de valores e critérios (Almond e Verba, 1989).

adotada pelas autoridades centrais, apresenta a primeira importante constatação empírica de que, embora correlacionadas, a riqueza e o desenvolvimento econômico não explicam tudo. Num segundo momento, apresenta algumas especulações teóricas acerca da comunidade cívica, enfatizando a perspectiva dos liberais (ressaltam o individualismo e os direitos individuais) e dos republicanos (enfatizam a comunidade e as obrigações dos cidadãos), e retirando desses últimos alguns tópicos do debate filosófico para então conceituar comunidade cívica, e fazer o que, segundo ele, ainda não havia sido feito: investigar empiricamente se o êxito de um governo democrático depende de quão próximo seu meio se acha do ideal de uma comunidade cívica. Para tanto, utiliza-se de quatro indicadores do civilismo da vida regional, que foram construídos a partir das seguintes proposições: (a) sociabilidade cívica é a vibração da vida associativa, (b) o número de eleitores de jornais reflete o interesse dos cidadãos pelos assuntos comunitários, (c) comparecimento às urnas em referendos, tendo em vista a peculiar motivação para tal, e (d) voto preferencial. De maneira geral, as evidências empíricas corroboram a afirmação de que as regiões onde há mais associações cívicas, muitos leitores de jornais, muitos eleitores politizados e menos clientelismo parecem contar com governos mais eficientes, e, neste caso, as diferenças são agudas entre as regiões que compõem o norte e sul da Itália (Putnam, 2006).

Pretendendo ser um estudo de abrangência mundial sobre democracia, Inglehart e Welzel (2009) apresentam a proposta de que a modernização levaria a mudanças culturais que favoreceriam o surgimento e manutenção do regime democrático, e isso os autores denominam de sequência do desenvolvimento humano. Afirmam que o mundo vem experimentando uma progressiva mudança cultural nas últimas décadas, fruto do processo de modernização, e que implica uma relação tensa entre valores tradicionais e modernos. Tais valores deram origem às duas dimensões principais da variação transcultural: valores tradicionais/seculares-racionais (ligada à industrialização) e valores de sobrevivência/autoexpressão (ligada à ascensão da sociedade pós-industrial). A tese apresentada é de que o desenvolvimento socioeconômico está associado a uma ampla síndrome de orientações de valores distintos. Para ratificar essa tese, autores analisam as evidências de mudanças culturais em quatro ondas (1981-1983, 1989-1991, 1995-1997 e 1999-2002) em 81 sociedades dos seis continentes, abrangendo mais de 85% da população mundial; tal pesquisa é conhecida como Pesquisa Mundial de Valores (World Values Survey). Dentre as constatações, algumas merecem destaque. A primeira delas indica que o desenvolvimento socioeconômico está fortemente associado aos valores culturais de uma sociedade, sendo o sistema de valores de países com renda alta bastante diferente dos países com baixa renda, e, nessa perspectiva, a transição de uma economia agrícola para uma industrial estaria ligada à mudança de valores tradicionais para seculares-racionais, enquanto que a passagem do modelo industrial para o de serviços tenderia a alterar o sistema de crenças de valores de so-

brevivência para valores de autoexpressão. Ao dispor os países em um mapa cultural, ainda sob a perspectiva dos dois eixos (tradicional/seculares e sobrevivência/autoexpressão), seria possível visualizar *clusters* culturais consistentes e coerentes, no que concerne à herança cultural de uma sociedade, particularmente a tradição religiosa e heranças coloniais, indicando um padrão sistemático existente apesar das singularidades de cada uma, e, nesta lógica de raciocínio, a nacionalidade de um indivíduo continua a ser um poderoso elemento de previsão de valores, tendo em vista que as diferenças entre valores protestantes e católicos em determinadas sociedades são relativamente pequenas se comparadas a outros países da mesma linha religiosa, e que, num determinado país, os estratos ricos e pobres tendem a ter valores que são mais semelhantes entre si do que aos de cidadãos de outros países ricos ou pobres.

Apesar do esforço em encontrar causalidades capazes de explicar a relação existente entre desenvolvimento econômico e o estabelecimento e permanência de regimes democráticos, ambas as agendas de pesquisa, desenvolvimentista e culturalista, apresentam limitações. Sobre a primeira agenda, as críticas estão concentradas principalmente na utilização dos conceitos mínimos de democracia, em que apenas regras e procedimentos são considerados relevantes para a classificação de um regime como democrático. Essa redução conceitual torna-se mais problemática quando utilizada para a compreensão do processo de transição democrática ocorrido na América Latina, região em que países com diferentes trajetórias históricas vivenciam processos plurais de recondução dos sistemas políticos ao regime democrático. Desse modo, de acordo com Guillermo O'Donnell (1999), uma teoria adequada da democracia deveria especificar as condições históricas do surgimento de várias situações concretas, ou seja, deveria incluir uma sociologia política, de orientação histórica, da democracia. Tal teoria deveria atentar para condições históricas preexistentes e de que forma a mudança de regime modificou substancialmente as relações entre instituições políticas e a sociedade.

Sobre a agenda comportamentalista, em seu viés culturalista, o problema recai sobre seu caráter determinístico, no qual a influência das características culturais sobre o funcionamento das instituições políticas é avaliada como variável suficiente para a compreensão da existência e manutenção dos regimes democráticos. Nesse sentido, a possibilidade de analisar a dinâmica social e as possíveis mudanças que novos arranjos institucionais podem exercer sobre os sistemas políticos é negligenciada.

Apesar das limitações teórico-conceituais e a não existência de um paradigma hegemônico capaz de conciliar variáveis relacionadas ao desenvolvimento econômico e à percepção dos indivíduos sobre a democracia, é possível aproximar essas duas vertentes através de uma análise empírica. A proposta principal é verificar se a satisfação com a democracia está associada ao grau de desenvolvimento socioeconômico do país, ou, dito de outra forma, objetiva-se examinar como uma variável cultural se associa a variáveis econômicas.

Satisfação com a democracia e desenvolvimento econômico

A proposta principal é verificar se a satisfação com a democracia está associada ao grau de desenvolvimento socioeconômico do país, ou dito de outra forma, objetiva-se examinar como uma variável cultural se associa a variáveis econômicas. Os dados referentes à "satisfação com a democracia" são mensurações das manifestações de opinião da população, via *surveys*, e constam no banco de dados do Latinobarômetro. Tal variável indica a confiança demonstrada nas instituições representativas centrais ao funcionamento desses regimes. Cabe aqui destacar que se trata de uma análise que busca o efeito de fatores econômicos na satisfação com a democracia, e que, por conta disso, as variáveis políticas propriamente ditas (diferentes sistemas eleitorais, estabilidade dos quadros partidários, longevidade das ditaduras, etc.) não são consideradas.

A presente seção está organizada em quatro partes. Na primeira, serão apresentados os percentuais de satisfação com o regime democrático nos países da América Latina, no período de 1997 a 2009, conforme disponibilidade de dados do Latinobarômetro. Posteriormente, são observadas as médias do PIB *per capita* (uma forma de mensurar desenvolvimento econômico, consideradas as devidas ressalvas quanto aos problemas da distribuição de renda, não captados por este dado), as médias da satisfação com a democracia e o coeficiente de Gini⁴ (principal medidor da desigualdade de um país, pois centra-se nas disparidades de distribuição de renda) dos países da América Latina⁵. Porém, quanto a este último, a ausência de dados do Banco Mundial para a presente série temporal – para cada um dos países havia apenas um índice disponível e que não apresentava uma padronização quanto ao ano de tal disponibilidade – fez com que não fossem realizados testes de correlação. Estes estão na sequência desta seção, pois são apresentados os resultados das correlações da variável cultural (satisfação com a democracia) com variáveis econômicas.

A Tabela 1 apresenta as manifestações de satisfação com a democracia. Nota-se, de maneira geral, que não há uma lógica ascendente, e nem o oposto, para nenhum dos países supracitados no período observado. A média desta região é de 34,3%, mas tal percentual acaba não sendo muito relevante, visto que as diferenças entre os países são bastante consideráveis. Destes, o Uruguai apresentou a maior média (61,9%), seguido pela Costa Rica (53,7%). Entre os países com menor percentual de satisfação com a democracia destacam-se o Paraguai (15,3%) e o Peru (17,1%).

Uma interpretação interessante sobre as variações do grau de satisfação com a democracia foi realizada por González (2011, p. 56). Para ele, "a variável aprovação do governo indica um elemento interveniente, que provoca a alteração da avaliação do regime político". Ao observar o comportamento das variáveis "satisfação" e "apoio" à democracia, com a confiança nas instituições na América Latina no período de 1996 a 2007, o autor argumenta que essa flutuação pode estar vinculada à mudança de governo, visto que a eleição de um novo líder político vem acompanhada de um aumento das expectativas dos indivíduos, que, por conseguinte, afetaria de maneira positiva a avaliação das instituições. Os níveis de confiança nas instituições (presidente, congresso, partidos e poder judiciário) neste continente são próximos ou inferiores àqueles manifestados em relação à satisfação com a democracia, e a avaliação dos presidentes é a que apresenta a maior média (38,5%).

A Tabela 2 apresenta a média da satisfação com a democracia, o coeficiente de Gini⁶, e a média do PIB *per capita* dos países da América Latina de 1997 a 2009. Os dois últimos indicadores pretendem mensurar o desenvolvimento econômico de um país, porém, o coeficiente de Gini capta os efeitos da distribuição de renda, variando de 0 a 1 (limites não observáveis no mundo real), sendo 0 o valor atribuído à total distribuição de renda, e 1 o valor à total concentração de renda. Já o PIB *per capita* é um dado mais bruto, em que um bom valor não indica a riqueza de uma nação, já que as disparidades entre as frações mais ricas e mais pobres de uma sociedade contribuem para o enviesamento desse indicador. De todo modo, é interessante observar como estes diferentes elementos podem se relacionar com a satisfação democrática, e objetiva-se, com isso, verificar se os países com "alto desenvolvimento econômico" e boa distribuição de renda são os que apresentam os maiores percentuais de satisfação com o regime democrático. Cabe aqui salientar que esta relação possui um nível de generalização e abstração muito elevado, pois apenas duas variáveis isoladas não conseguem explicar um fenômeno tão complexo e transitório que é a percepção dos indivíduos sobre um regime político. Outro elemento a ser ressaltado é que a satisfação com a democracia, ou seja, os resultados dos *surveys*, pode não representar como são de fato as democracias latino-americanas.

Pressupõe-se, aqui, algo análogo ao modelo de Downs (1999), presente ainda na perspectiva comportamentalista da teoria da escolha racional. Para este autor, o homem racional, é (i) o indivíduo que consegue tomar uma decisão diante de várias alternativas, (ii) classifica estas alternativas em ordem de preferência, (iii) seu ranking de preferência é transitivo, (iv) este

⁴ Vários autores convergem com a ideia de que a equidade de distribuição de renda seria um fator indispensável para a manutenção do regime democrático.

⁵ "Verifica-se que o crescimento econômico nesta região não tem sido acompanhado de reduções significativas e duradouras de pobreza e desigualdade. A estimativa do aumento de pobres na região indica que de 1982 para 1993 o número total de pobres aumentou de 78 para 150 milhões e para o ano de 2000, esse número aumentou para 210 milhões. Em 2005 a situação, se considerada num sentido macro, pouco se alterou" (Baquero, 2007, p. 33).

⁶ Em função da ausência de dados do coeficiente de Gini, que foram retirados junto ao site do Banco Mundial, para os anos em análise, escolheu-se expor o último resultado disponibilizado para cada país, e estes, por vezes, não são coincidentes.

Tabela 1. Percentual de satisfação* com a democracia nos países da América Latina⁷ (1997-2009)⁸.
Table 1. Percentage of satisfaction with democracy in Latin America (1997-2009).

Ano/País	1997	1998	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Média
Argentina	42	50	46	20	8	34	34	34	51	33	34	36	35,2
Bolívia	33	34	22	16	24	25	18	22	39	41	33	50	29,8
Brasil	23	27	19	21	21	28	28	22	36	30	38	48	28,4
Chile	37	32	33	25	28	33	42	46	42	37	41	53	37,4
Colômbia	40	24	28	9	11	22	29	29	33	32	40	42	28,3
Costa Rica	68	54	61	51	75	47	47	39	48	47	44	63	53,7
Ecuador	31	34	23	15	16	24	14	14	22	35	37	33	24,8
El Salvador	48	47	28	21	39	33	37	36	25	34	37	60	37,1
Guatemala	40	57	36	16	35	21	20	28	31	30	27	30	30,9
Honduras	49	37	43	32	62	37	29	26	34	30	25	31	36,3
México	45	21	37	27	18	18	18	23	41	31	23	28	27,5
Nicarágua	51	26	16	24	59	31	20	18	26	43	38	35	32,3
Panamá	39	34	47	21	44	24	35	20	40	38	34	61	36,4
Paraguai	16	24	13	10	7	9	14	15	12	9	23	31	15,3
Peru	21	18	24	16	18	11	6	13	23	17	16	22	17,1
Uruguai	65	68	69	55	53	44	44	63	66	66	71	79	61,9
Venezuela	36	35	55	41	40	37	42	55	57	59	49	49	46,3
Am. Latina	41	37	36	25	33	29	28	30	37	36	36	44	34,3

Nota: (*) Respostas "muito satisfeito e satisfeito com a democracia".

Fonte: Latinobarômetro.

indivíduo sempre escolhe a primeira alternativa desse *ranking*, (v) sempre toma a mesma decisão quando confrontado com as mesmas alternativas. O homem racional, no mundo modelo de Downs, orienta seu comportamento mais em direção ao bem-estar econômico e político, logo, toma decisão de acordo com sua crença na alternativa que lhe proporcionará maior benefício, e, neste processo de ação, a racionalidade se refere aos meios e não aos fins. No caso da lógica do voto, os homens racionais não estão interessados na política propriamente dita, mas em suas utilidades.

Colocando a devida ressalva de que, no pressuposto de Downs (1999), os homens seriam considerados irracionais caso exibissem um comportamento de outra esfera, ou um comportamento político (meios) que não os ajudasse a atingir seus objetivos políticos (fins) eficientemente (Downs, 1999, p. 31), neste esboço de compreensão da manifestação dos indivíduos sobre a democracia (respostas ao *survey* enquanto

fim), a situação socioeconômica dos indivíduos – representada, de maneira agregada, através dos resultados econômico e social de cada país – é o principal elemento que influencia na manifestação destes sobre o regime político. Assim, o homem racional da presente abstração sempre afirma estar satisfeito com a democracia quando suas condições socioeconômicas estão boas. Deste modo, espera-se encontrar, em países mais desenvolvidos economicamente, indivíduos mais satisfeitos com a democracia.

Inicialmente, é interessante destacar o caso do Chile; com distribuição de renda próxima dos países altamente desenvolvidos (Gini= 22, 6) e o 2º maior PIB per capita deste continente, apresenta a 4ª melhor colocação quanto à satisfação democrática (37,4), embora muito abaixo do primeiro colocado neste quesito, o Uruguai (61,9). Este último possui bons níveis de desenvolvimento econômico quando comparado aos demais países, e distribuição de renda razoável (Gini= 42,4). Costa Rica

⁷ Em função da ausência de dados no decorrer da presente série temporal, a República Dominicana foi excluída das análises deste artigo.

⁸ Não houve *survey* no ano de 1999.

Tabela 2. Satisfação com a democracia e distribuição de renda nos países da América Latina: Médias para o período de 1997-2009.
Table 2. Satisfaction with democracy and income distribution in Latin America: Averages for the period 1997-2009.

Variáveis/Países	Satisfação	Ranking	Gini	Ranking	PIB per capita*	Ranking
Uruguai	61,9	1	42,4	2	5976	4
Costa Rica	53,7	2	50,3	8	4362	6
Venezuela	46,3	3	43,5	3	4855	5
Chile	37,4	4	22,6	1	6099	2
El Salvador	37,1	5	46,9	5	2479	11
Panamá	36,4	6	52,3	11	4340	7
Honduras	36,3	7	57,7	15	1212	15
Argentina	35,2	8	45,8	4	6008	3
Nicaragua	32,3	9	52,3	11	818	17
Guatemala	30,9	10	53,7	12	1912	13
Bolívia	29,8	11	57,3	14	1049	16
Brasil	28,4	12	53,9	13	4330	8
Colômbia	28,3	13	58,5	16	2890	9
México	27,5	14	51,7	9	6542	1
Ecuador	24,8	15	49	7	2181	12
Perú	17,1	16	48	6	2525	10
Paraguai	15,3	17	52	10	1373	14

Nota: (*) PIB per capita em US\$, a preços atuais.

Fonte: Banco Mundial e Latinobarômetro.

e Venezuela, os segundo e terceiro colocados em percentuais de satisfação com o regime seguem lógica similares, pois apresentam bons PIB per capita e Gini.

Parece haver certa coerência dos indicadores de desenvolvimento e distribuição de renda com satisfação democrática. Os países localizados em posições medianas quanto à democracia (do 5º ao 13º colocados) apresentam-se também na média em relação aos dois outros indicadores, com exceção de El Salvador e da Argentina, com bons desempenhos. O Brasil é o 8º país com maior PIB per capita e o 13º lugar quanto ao coeficiente de Gini, indicando má distribuição de renda, e, em relação ao percentual de satisfação com a democracia, é também não satisfatório, ocupando a 12ª colocação.

Dentre os quatro países que ocupam a base desta tabela, o México constitui um caso bem particular, já que apresenta o melhor PIB per capita da América Latina, mediana distribuição de renda (Gini= 51,7), mas baixo percentual de satisfação com o regime vigente (27,5). Neste caso, bom desempenho econômico não parece ser suficiente para que seus cidadãos se manifestem satisfeitos com a democracia. Peru e Paraguai são os países com menor percentual de aceitação democrática (17,1 e 15,3, respectivamente), porém, nos dois outros quesitos, não são os

piores dessa amostra. A caráter ilustrativo, apenas o México e o Chile apresentam PIB per capita superior à média mundial (US\$ 6056). Todos os países que possuem PIB per capita inferior à média do continente (US\$3.468) também apresentam percentual de satisfação inferior à média observada nesta região (34,3%).

Antes de passar aos resultados das correlações, algumas observações merecem ser feitas. Apesar de ser um ótimo indicador, conforme justificado anteriormente, não utilizou-se o coeficiente de Gini nestes testes, devido à ausência de dados para esta série histórica. Portanto, apreenderam-se as seguintes variáveis: PIB per capita (captação dos efeitos de longo prazo), IDH (medidor do desenvolvimento humano, sendo o PIB per capita um componente desse índice) e crescimento do PIB (captação dos efeitos mais circunstanciais). Apesar da natureza diferente desses indicadores, estes foram selecionados de forma a contemplar dois objetivos: (a) "de ordem temporal" (as flutuações econômicas de um país – crises internas, externas, etc. – num determinado ano podem estar relacionadas à percepção dos indivíduos quanto ao regime vigente neste mesmo ano?) e (b) "de ordem social" (o desenvolvimento humano de um país – medido pelo IDH, um índice que não costuma sofrer variações significantes a curto prazo, está associado à satisfação democrática?).

Como resultado dessas correlações, a satisfação com a democracia está associada ao PIB *per capita*, mostrando uma correlação positiva de 0,424 (ver Anexo 1 –alguma regularidade, inclinação positiva para a direita, da nuvem de pontos). Embora tal correlação não seja muito forte, foi a melhor encontrada, visto que com o IDH obteve-se $r = 0,245$ e $r = 0,075$ com a taxa de crescimento do PIB. Tendo em vista que o PIB *per capita* constitui-se em uma das variáveis retidas na construção do IDH, a correlação entre as duas é bastante forte ($r = 0,775$), indicando tais indicadores quase a mesma coisa⁹.

Com base nestas correlações, observou-se que a satisfação com a democracia é parcialmente associada ao grau de desenvolvimento socioeconômico do país, mas não é associada às taxas de crescimento econômico. A satisfação com este regime está ligada a fatores que dizem respeito à trajetória econômica do país (o nível de renda *per capita* é resultado de longo prazo da economia de um país, que não se altera repentinamente) e não a fatores mais circunstanciais, como o crescimento do PIB.

Considerações finais

Os resultados dos surveys demonstraram as diferenças de opinião entre os cidadãos dos diversos países da América Latina quanto à satisfação com a democracia. Além das diferenças visualizadas nos percentuais de satisfação entre os países, observaram-se variações consideráveis em alguns deles no decorrer da série histórica analisada, e, nesse sentido, caberia um estudo mais pormenorizado de cada um, que abarcasse esferas mais amplas de análise (histórica, partidária, econômica, etc.) para tentar compreender tais variações.

É necessário ressaltar que, através dos testes de correlação, não é possível detectar as diversas nuances que os regimes democráticos adquiriram na região, e tal ressalva é importante para compreender o elevado índice de satisfação democrática e razoável desenvolvimento econômico em países marcados por governos considerados próximos do autoritarismo, como é o caso da Venezuela, Bolívia, Equador e Nicarágua.

Em síntese, a situação econômica e social de um país parece influenciar, de alguma maneira, as manifestações individuais sobre a satisfação com a democracia. Ou seja, a democracia considerada como um regime que representa os interesses da população (demandas) pode ser percebida pelos seus cidadãos através, principalmente, das políticas públicas implementadas, e a efetividade destas pode resultar numa boa percepção de democracia.

O crescimento e desenvolvimento econômico de um país fornecem as condições elementares para a manutenção dos regimes democráticos, conforme afirmavam os teóricos da modernização, e o que se pretendeu na última seção desse trabalho foi observar como se dá esta relação, embora bastante

reducionista e ainda incompleta, pois a realização de outros testes que contemplassem outras variáveis explicativas, tais como investimento público em educação, saúde, entre outros, poderia fortalecer este argumento, bem como a utilização de explicações institucionais, que, como mencionado, não fizeram parte da análise empírica.

Contudo, à luz dos dados expostos, é necessário ponderar que, apesar de observar uma relação entre o desenvolvimento econômico e o nível de satisfação com o regime democrático, tal relação não pode ser reduzida a causalidades simples principalmente em se tratando do continente sul-americano e da diversidade de processos sócio-históricos nos países que o compõem. Como foi afirmado anteriormente, a busca de correlações entre variáveis de natureza distinta (econômica e comportamental) se apresenta como uma ferramenta útil no exercício de classificação necessário.

Referências

- ACEMOGLU, D.; ROBINSON, J. 2007. *Economic origins of dictatorship and democracy*. Cambridge, Cambridge University Press, 416 p.
- ALMOND, G.; VERBA, S. 1989. *The civic culture revisited: political attitudes and democracy in five nations*. Newbury Park, Sage, 392 p.
- BAQUERO, M. 2007. *Democracia e desigualdades na América Latina: novas perspectivas*. Porto Alegre, UFRGS, 205 p.
- BOIX, C. 2003. *Democracy and redistribution*. Cambridge, Cambridge University Press, 264 p.
- DOWNS, A. 1999. *Uma Teoria Econômica da Democracia*. São Paulo, Edusp, 330 p.
- FAGUNDES, B. 2008. Matrizes do pensamento culturalista: Tocqueville e Almond-Verba. *Lua Nova*, São Paulo, (74):131-150.
- GONZÁLEZ, R.S. 2011. Democracia, cultura política e experiências participativas na América Latina. In: M. BAQUERO (org.), *Cultura (s) política (s) e democracia no século XXI na América Latina*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, p. 47-68.
- HUNTINGTON, S.P. 1994. *A terceira onda: a democratização no final do século XX*. São Paulo, Editora Ática, 335 p.
- HUNTINGTON, S.P. 1975. *A ordem política nas sociedades em mudança*. Rio de Janeiro/ São Paulo; Forense Universitária/ Universidade de São Paulo, 496 p.
- INGLEHART, R.; WELZEL, C. 2009. *Modernização, mudança cultural e democracia: a sequência do desenvolvimento humano*. Brasília, Editora Francis; Verbena Editora, 400 p.
- LAISNER, R. 2008. Visões da democracia: o debate entre tradições e o caminho para um novo modelo. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, 2:12-27.
- LIPSET, S.M. 1967. *O homem político*. Rio de Janeiro, Zahar, 440 p.
- O'DONNELL, G. 1999. Teoria democrática e política comparada. *Dados*, 42(4). Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52581999000400001&script=sci_arttext. Acesso em: 11/07/2012.
- PERES, P. 2008. Comportamento ou instituições? A evolução histórica do neoinstitucionalismo da ciência política. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 23(68):53-72.
- <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092008000300005>

⁹ Ver síntese no modelo de regressão (Anexo 2).

PRZEWORSKI, A.; ALVAREZ, M.; CHEIRUB, J.; LIMONGI, F. 1997. O que mantém as democracias? *Lua Nova*, 40/41:113-135. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n40-41/a06n4041.pdf>. Acesso em: 12/07/2012.

PRZEWORSKI, A.; CHEIRUB, J.; LIMONGI, F. 2003. Democracia e cultura: uma visão não culturalista. *Lua Nova*, 58:9-35. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64452003000100003&script=sci_arttext. Acesso em: 13/07/2012.

PRZEWORSKI, A.; CHEIBUB, J.; LIMONGI, F. 1994. Democracia e desenvolvimento na América do Sul, 1946-1988. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 24:31-48. Disponível em: <http://www.anpoes.org.br/>

portal/publicacoes/rbcs_00_24/rbcs24_03.htm. Acesso em: 13/07/2012. PUTNAM, R.D. 2006. Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna. 5ª ed., Rio de Janeiro, Editora FGV, 260 p.

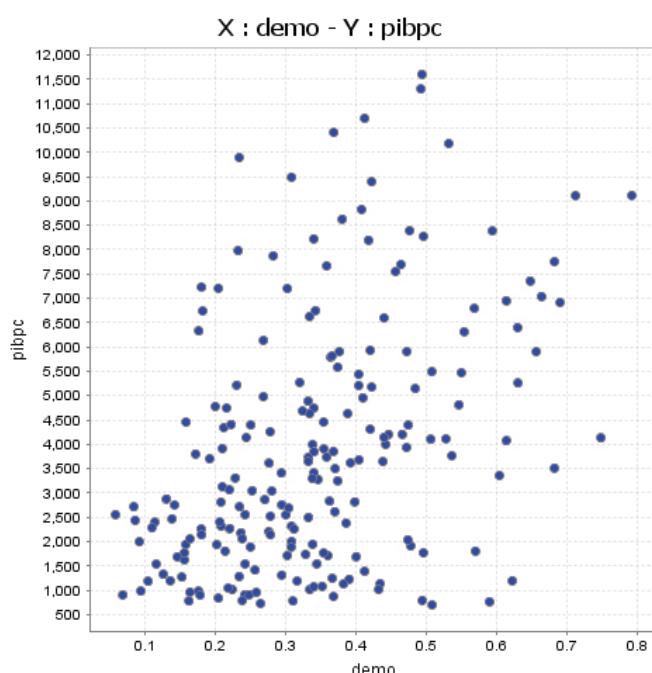
Submissão: 23/10/2013

ACEITE: 14/07/2014

Anexos

Anexo 1. Satisfação com democracia e PIB per capita ($r = 0,424$).

Annex 1. Satisfaction with democracy and GDP per capita ($r = 0,424$).



Anexo 2. Modelo para satisfação com a democracia.

Annex 2. Model for satisfaction with democracy.

	Sum of Squares	Df	Mean Square	F	Sig.
Regression	0,83	2	0,415	22,464	0
Residual	3,715	201	0,018		
Total	4,546	203			
Coeficientes					
	Unstandardized Coefficients	Standardized Coefficients	t	Sig.	
	B	Std. Error			Beta
(Constant)	0,235	0,02		11,952	0
Crescimento do PIB	0,002	0,003	0,055	0,865	0,388
PIB per capita	0	0	0,421	6,6	0

Notas: (a) Satisfação com democracia = $\alpha + \beta_1$ Crescimento do PIB + β_2 PIB per capita. (b) $R = 0,427$; $R^2 = 0,183$; $Adjusted R^2 = 0,175$; Error of the Estimate = 0,13595.